

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 08/05/2019

- [TJPB entra no segundo ano da Campanha ‘Não resista ao Amor. Adote!’](#)
- [Magistrados discutem papel do Estado na proteção à criança e ao adolescente em encontro no TJRJ](#)
- [Lançado projeto que une esporte e educação para jovens institucionalizados do DF](#)
- [Proteja Brasil - o que é e como usar o aplicativo](#)

Assunto: TJPB entra no segundo ano da Campanha ‘Não resista ao Amor. Adote!’

Fonte: Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude

Data: 08/05/2019



No mês em que se comemora o Dia Nacional da Adoção (celebrado no dia 25 de maio), o Tribunal de Justiça da Paraíba entra no segundo ano da Campanha “Não resista ao amor. Adote!”, em parceria com a Rede Paraíba de Comunicação. Desde a semana passada, o primeiro VT de incentivo à prática começou a circular na televisão (TVs Cabo Branco e Paraíba), com depoimento de uma mãe adotante. O conteúdo também foi disponibilizado nas redes sociais do TJPB (Facebook e Instagram) nesse domingo (5). Até o final do mês, outros dois filmes irão ao ar: um de incentivo à adoção de adolescentes e crianças acima de sete anos e outro, para estimular o apadrinhamento.

De acordo com o coordenador de Infância e Juventude da Capital, juiz Adhailton Lacet, a finalidade da Campanha é sensibilizar as pessoas sobre a situação de crianças e adolescentes que se encontram nas casas de acolhimento à espera de uma família. Visa despertar a possibilidade de adotar, mesmo por aquela família que já tenha filhos biológicos, ou de apadrinhar, de forma financeira, social ou afetiva.

“Estamos focando na importância da adoção de crianças com mais idade ou adolescentes, porque a faixa etária mais procurada é de 0 a 2 anos. Também queremos disseminar a possibilidade do apadrinhamento, que envolve crianças acima dos 8 anos que estão nas casas de acolhimento e não necessariamente estão disponíveis para adoção. É um processo mais simplificado e de impacto muito positivo na vida do apadrinhado”, explicou Adhailton Lacet.

O magistrado lembrou que, nesses casos, o padrinho ou madrinha não poderá adotar, e isso é trabalhado desde o início. “O vínculo estabelecido não pode ser usado como argumento para a adoção. Além do mais, às vezes, esta criança apadrinhada está em fase de reintegração familiar,

com pais em tratamento de drogadição ou em busca de solução envolvendo moradia”, exemplificou o juiz.

Para tirar dúvidas sobre Adoção e Apadrinhamento, o Tribunal de Justiça da Paraíba, por meio da Coordenadoria da Infância e Juventude, elaborou a ‘Cartilha Passo a Passo’, que aborda o tema com todas as suas especificidades. Ela pode ser acessada na página principal do site do TJPB (www.tjpb.jus.br).

Dados - Na Paraíba, existem, atualmente, 88 crianças e adolescentes inseridos no Cadastro Nacional de Adoção (CNA), o que representa um percentual de 0,92% dos dados nacionais (9.532 inscritos). No ano passado, no mesmo período, havia 63. Já em processo de adoção, o número é de 38, dado superior ao ano passado, quando havia 27, conforme dados estatísticos fornecidos pelo Conselho Nacional de Justiça.

Em relação aos 45.985 pretendentes cadastrados, nacionalmente, o CNA aponta que 611 estão na Paraíba. Em 2018, havia 562 pessoas na fila para se tornarem mães ou pais adotivos.

Somente na Capital João Pessoa, existem cinco adolescentes disponíveis para adoção e um total de 229 pessoas habilitadas. Destas, 42 habilitações foram iniciadas este ano. Até o dia 27 de março, havia 19 adoções em processo.

Programação de maio – Durante o mês de maio, o juiz Adhailton Lacet também vai proferir palestras sobre o instituto da adoção, voltadas para alunos da Universidade Federal da Paraíba (UVPB), Centro Universitário Unipê, Faculdades Maurício de Nassau e Iesp. Os encontros estão sendo agendados e as datas serão divulgadas em breve. A proposta é debater a interdisciplinaridade entre os cursos de Direito, Psicologia, Serviço Social e Pedagogia. Outras ações também estão sendo definidas pelo Setor de Guarda da 1ª Vara da Infância e Juventude da Capital.

Padrinhos – Aqueles que desejarem ser padrinhos podem procurar o Núcleo de Apadrinhamento Infantojuvenil (Napsi), instalado no Fórum da Infância e Juventude da Capital, localizado na Avenida Rio Grande do Sul, nº 956, Bairro dos Estados, em João Pessoa. Esclarecimentos pelo telefone: (83) 3222-6156.

Existem três modalidades de apadrinhamento: financeiro, social e afetivo. O primeiro visa oferecer um suporte financeiro para a criança ou adolescente, doando ou arcando com os custos de roupas, materiais escolares, brinquedos, cursos, entre outros. Já o padrinho social poderá prestar um serviço para a criança, ou grupo de crianças e adolescentes. Um professor, por exemplo, poderá ofertar aulas; um médico pode disponibilizar horário para realizar atendimentos no local.

A terceira modalidade, afetiva, objetiva estabelecer um maior contato com a criança ou adolescente, focando na convivência. Nessa modalidade, o padrinho ou madrinha poderá buscar a criança ou adolescente nos finais de semana. Todas as formas de apadrinhamento podem ser consideradas uma adoção temporária.

Contatos – Os interessados em adotar, ou tirar dúvidas sobre o assunto, podem entrar em contato com as seguintes unidades: Comissão Estadual Judiciária de Adoção (CEJA), telefone (83) 3252-1607; Coordenadoria da Infância e Juventude do TJPB, telefone (83) 3216-1508; Juizado da Infância e Juventude de João Pessoa (falar com o Setor de Adoção), telefone (83) 3222-6156; ou procurar a Vara da Infância e Juventude de sua Comarca.

Rede Paraíba de Comunicação – O grupo abrange a TV Cabo Branco, TV Paraíba (afiliadas da Globo), G1 Paraíba. A Rede Paraíba de Comunicação é composta, também, pelo Jornal da Paraíba (internet) e pelas rádios Cabo Branco FM e CBN João Pessoa e Campina Grande.

Assunto: Magistrados discutem papel do Estado na proteção à criança e ao adolescente em encontro no TJRJ

Fonte: Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude

Data: 08/05/2019



Magistrados de todo o país se reuniram nesta sexta-feira (03/05) para debater políticas e iniciativas para crianças e adolescente no XIV Encontro do Colégio de Coordenadores da Infância e Juventude dos Tribunais de Justiça do Brasil. Na apresentação que iniciou a reunião, a juíza Raquel Chrispino, titular da 1ª Vara de Família de São João de Meriti e integrante da Coordenadoria Judiciária de Articulação das Varas de Infância, Juventude e Idoso (Cevij), fez um panorama histórico da proteção à infância no país.

A magistrada recordou que no início do século passado jornais chegavam a anunciar a comercialização de pessoas e que até hoje o Brasil não se recuperou do período da escravidão. Ao afirmar que os valores que nortearam as políticas públicas do passado devem ser revistos, ela disse que é preciso fortalecer programas como o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

- O trabalho de assistência social no país surgiu com a atuação de magistrados e juristas. É nossa tarefa superar os conflitos e fortalecer as práticas que atendam aos mais frágeis e respeitem os direitos humanos. Precisamos resgatar a essência do artigo 227 da Constituição, que assegura os direitos das crianças e dos adolescentes.

Juiz auxiliar da Presidência do TJRJ, Afonso Henrique Ferreira Barbosa disse que a vulnerabilidade e o desamparo das crianças no Brasil são questões delicadas, que precisam ser discutidas com urgência.

- A proteção da criança e do adolescente através de políticas públicas deve ser uma das prioridades do Estado. A Constituição assegura os direitos, mas a implementação é, muitas vezes, falha. A postura e a atuação dos magistrados do TJ do Rio dão esperança para que esse sonho se torne realidade e os menores sejam contemplados de forma digna.

A solenidade de abertura da reunião também teve a presença do presidente do Colégio de Coordenadores e da Cevij, juiz Sérgio Luiz Ribeiro de Souza, e da deputada estadual Tia Ju, presidente da Frente Parlamentar Pró-Infância, Adolescência e Adoção.

O Colégio de Coordenadores foi criado em agosto de 2012 com o apoio da Associação dos Magistrados do Brasil (AMB) e da Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e Juventude (ABRAMINJ). O objetivo fomentar a discussão das relações internas de funcionamento das Coordenadorias das Varas de Infância e Juventude; o papel dos Juízes da Infância; e as relações com os demais segmentos da sociedade.

O juiz Sergio Luiz Ribeiro de Souza destacou o crescimento do Colégio de Coordenadores, que contou com a participação de representantes de 19 Tribunais de Justiça do país.

- O Encontro foi excelente porque conseguimos trazer a visão e os problemas enfrentados em todos os Tribunais de Justiça, que têm realidades diferentes, nesse país continental, buscando uniformizar temas e posicionamentos que serão defendidos no Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O Colégio de Coordenadores vem ganhando importância de tal forma que, hoje, o próprio CNJ já pede o nosso posicionamento em vários temas importantes em relação à infância e juventude.

Ao final do encontro, a cidade de Salvador, na Bahia, foi a escolhida para sediar o XV Encontro do Colégio de Coordenadores da Infância e da Juventude dos Tribunais de Justiça do Brasil, em data a ser ainda confirmada.

Assunto: Lançado projeto que une esporte e educação para jovens institucionalizados do DF

Fonte: Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude

Data: 08/05/2019



Iniciativa em parceria com a Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal (VIJ-DF) que une esporte, inclusão e capacitação profissional foi lançada no último sábado (4/5). O projeto Bola ao Alto, desenvolvido pela Fundação Pedro Jorge, oferece oficinas de basquete combinadas a reforço escolar e ainda prevê a oferta de cursos profissionalizantes pelo SENAC a jovens do DF. Entre os objetivos estão promover melhoria no desempenho escolar e a democratização do esporte, visando ao desenvolvimento pleno de crianças e adolescentes institucionalizados.

Com as atividades iniciadas em março, o projeto atenderá, inicialmente, o público de 12 a 18 anos da instituição de acolhimento Lar de São José. As aulas de basquete e de reforço escolar são oferecidas duas vezes por semana e, quinzenalmente, é ministrado curso de cidadania. As ações se estendem até dezembro de 2019, com possibilidade de serem renovadas e ampliadas para outras instituições.

A proposta do Bola ao Alto foi construída em 2018, com a parceria da Rede Solidária Anjos do Amanhã, programa da VIJ-DF. “Acreditamos que atividades esportivas e artísticas têm o poder de atrair o interesse das crianças e adolescentes e podem funcionar como uma estratégia de vinculação dos jovens a alguma atividade empoderadora”, defende o supervisor do Anjos do Amanhã, Gelson Leite. “A partir daí, podemos evoluir para o engajamento deles em outras áreas importantes para o desenvolvimento de seus potenciais”, completa Gelson. A Rede Solidária foi responsável por contextualizar o público-alvo do projeto, com suas demandas e especificidades, desenhar estratégias de atuação e fazer a interlocução com a instituição de acolhimento indicada.

A coordenadora-geral da iniciativa, Nara Maubrigades, explica que ela foi pensada para dar contribuições reais. “A Rede nos mostrou a necessidade e a realidade do público-alvo e como podíamos adequar o projeto para realmente atendê-lo e termos um resultado efetivo no comportamento e na vida desses adolescentes”, diz. Os resultados do primeiro mês já começaram a aparecer, na opinião da coordenadora técnica do Lar de São José, Ana Lúcia Antunes. “Com esse projeto, nós já estamos vendo melhorias na relação entre os acolhidos, no respeito mútuo. Tudo isso é trabalhado durante as aulas”, conta.

A ideia ainda tem o apoio da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania (SEJUS-DF), que ofertou o espaço provisório para realização das atividades – o Centro de Artes e Esportes Unificados (CEU das Artes), na QNM 28 de Ceilândia – e o transporte para o local. Também estiveram presentes no lançamento a procuradora-regional da República e diretora-geral da Fundação Pedro Jorge (FPJ), Michele Rangel; o subprocurador-regional da República e diretor administrativo da FPJ, Franklin Rodrigues; o subsecretário de Igualdade Racial do DF, Diego

Moreno; o administrador do Sol Nascente/Pôr do Sol, Goudim Carneiro; e a coordenadora de Direito do UniCEUB, Dulce Donaire.

Exemplo

O coordenador do projeto e responsável pelas oficinas esportivas é o ex-jogador de basquetebol brasileiro João José Vianna, o Pipoka. O brasiliense teve uma atuação destacada na seleção brasileira e foi o segundo do País a jogar em um time da NBA, a Associação Nacional de Basquetebol dos Estados Unidos.

“É um projeto de suma importância. Acreditamos em ótimos resultados usando ferramentas como o basquetebol, o esporte – que trabalham a saúde, o coletivo e a disciplina –, combinados com a parte educacional – com o reforço escolar, cursos de profissionalização e de cidadania”, fala Pipoka. “Nós temos plena convicção de que este projeto, agora ainda embrionário, pode se expandir para outras instituições”, deseja o coordenador.

Assunto: Proteja Brasil - o que é e como usar o aplicativo
Fonte: Childhood
Data: 08/05/2019



Proteja Brasil: o que é e como usar o aplicativo

O Proteja Brasil é um aplicativo gratuito que funciona em celulares e tablets e que permite que todas as pessoas se engajem na proteção de crianças e adolescentes. Criado pelo Ministério dos Direitos Humanos (atual Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos) em 2013 em parceria com o UNICEF Brasil, é um canal que recebe denúncias anônimas de qualquer violência contra crianças e adolescentes no País, incluindo violência sexual e crimes de internet.

Em que situações posso fazer uma denúncia no Proteja Brasil?

O Proteja Brasil pode ser utilizado em caso de qualquer suspeita de violação dos direitos de crianças e adolescentes. Além do abuso sexual e da exploração sexual, há outras violências que você pode denunciar: negligência, violência psicológica, violência física, cyberbullying, trabalho infantil e tráfico de crianças e adolescentes. As denúncias são encaminhadas para o Disque 100, serviço de atendimento do governo federal.

O aplicativo também recebe denúncias de locais sem acessibilidade, de crimes na internet e de violações de direitos de outros grupos em situação vulnerável na sociedade. É o caso de idosos, pessoas com deficiência, a comunidade LGBT e a população em situação de rua.

Como faço uma denúncia pelo Proteja Brasil?

O Proteja Brasil é gratuito e pode ser baixado diretamente na loja de aplicativos do seu celular. Disponível em português, inglês e espanhol, ele funciona em celulares e tablets e está disponível para os sistemas operacionais iOS ou Android. Para começar a usar o aplicativo, você deve:

- Fazer o download do app compatível com o seu celular
- Permitir que o app acesse a sua localização
- Preencher um formulário com dados da vítima, dados do agressor e uma descrição da violência perpetrada.
- Sua denúncia é registrada de uma forma totalmente sigilosa e segura.

Quais outros recursos o aplicativo Proteja Brasil oferece?

Além de fazer a denúncia pelo seu celular, o aplicativo também usa a geolocalização para mostrar telefones, endereços e indicações do melhor caminho para chegar a delegacias especializadas de infância e juventude, conselhos tutelares, varas da infância e organizações que atuam no enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes.

No menu do Proteja Brasil, você também pode encontrar um conteúdo informativo sobre os diversos tipos de violação dos direitos de crianças e adolescentes e também de outras populações vulneráveis.

Baixe o aplicativo na Apple store ou no Google Play e ajude a proteger a infância e juventude no Brasil!